

# *Cals diz que não forneceu estudo sobre royalties*

O ministro das Minas e Energia, César Cals, disse que não forneceu nenhum estudo do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) contrário à sanção presidencial do projeto do deputado Geraldo Bulhões (PDS-AL), aprovado pelo Congresso Nacional, estabelecendo que os Estados produtores receberão quatro por cento de "royalties" também sobre o petróleo produzido em suas plataformas continentais, e os municípios, um por cento.

Cals afirmou que quando o projeto foi aprovado, antes mesmo de ser consultado sobre o assunto, determinou a sua assessoria jurídica que procurasse tanto o CNP como a Petrobrás para que elaborassem juntos uma posição comum, mas que ainda não tinha sido informado da conclusão destes trabalhos.

Como o estudo do CNP existe, segundo informação dada, terça-feira, pelo chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, a um grupo de deputados que foi pedir apoio para que o projeto fosse sancionado, é possível que o general Oziel Almeida Costa, presidente do CNP, tenha decidido enviar sua posição diretamente à Presidência da República, sem o aval do ministro a quem esta subordinado.

Se senacionado o projeto, a Petrobrás vai pagar 1,4 dólar de "royalty" para cada barril produzido no mar. Ao câmbio de hoje e considerando-se uma produção diária de 240 mil barris de petróleo no mar, isto representaria Cr\$ 17 bilhões por mês. Segundo César Cals.